DESENVOLVIMENTO

5-6

Dezembro
1990

Teresa Ambrósio
Nota Editorial

Jorge Vala
Identidade e Participação Social dos Jovens Desempregados

José Luís Castanheira
Atitudes e Práticas Sociais de Adolescentes

José Luís Castanheira
Contributo para o Conhecimento das Necessidades de Saúde de Adolescentes Portugueses

Agostinho Jardim Gonçalves
A Interdependência Cultural

Francisco Barros
Família e Modernização

António Fonseca Ferreira, Isabel Pimenta Guerra, Vítor Martins Ferreira
A Ponte 25 de Abril e as Transformações Socio-Urbanísticas a Sul do Tejo

Abílio Cardoso
Os Novos Desafios dos Municípios na Promoção do Desenvolvimento

Michael Dauderstädt
Concorrência Internacional e «Welfare State»: O Caso de Portugal

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO

DESENVOLVIMENTO

ANO III N.º 5-6 DEZEMBRO 1990

JUVENTUDE

Jorge Vala — **Identidade e Participação Social dos Jovens Desempregados** 9

José Luis Castanheira — **Atitudes Práticas Sociais de Adolescentes** 23

José Luis Castanheira — **Contributo para o Conhecimento das Necessidade de Saúde de Adolescentes Portugueses** 37

COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Agostinho Jardim Gonçalves — **A Interdependência Cultural** 101

MODERNIZAÇÃO

Francisco Sérgio Barros — **Família e Modernização** 119

DESENVOLVIMENTO E REORGANIZAÇÃO ESPACIAL

António Fonseca Ferreira, Isabel Pimenta Guerra, Vítor Matias Ferreira — **A Ponte 25 de Abril e as Transformações Socio-Urbanísticas a Sul do Tejo** 179

Abílio Cardoso — **Os novos Desafios dos Municípios na Promoção do Desenvolvimento** 251

ECONOMIA INTERNACIONAL

Michael Dauderstädt — **Concorrência Internacional e «Welfare State»: O Caso de Portugal** 277

Resumos / Resumés / Abstracts 319

Michael Dauderstädt [1]

Concorrência Internacional e «Welfare State»: O Caso de Portugal [2]

A. «WELFARE STATE» E ECONOMIA EXTERNA: ENQUADRAMENTO PARA O CASO DE PORTUGAL

1. Crise, «welfare state» e competitividade internacional

Na crise económica mundial, que surgiu nos anos 70, tornou-se cada vez mais importante o seu diagnóstico, principalmente quanto às causas da estagflação do princípio dos anos 80: exagerada intervenção do Estado na economia, exagerada regulamentação dos processos de mercado e, principalmente, a existência de mercados de trabalho muito rígidos que não permitiam baixar os salários reais [3]. Com alguma simplificação terminológica, poder-se-ia também dizer: exagerado «welfare state» (estado-providência). A tese de que o «welfare state» prejudica a economia e de que a sua eficiência é questionável já tem uma longa tradição [4].

Este diagnóstico da crise emana de uma vertente específica da discussão nacional ao nível de muitos países industrializados durante os anos 70 e 80. De novo, trata-se da explicação da crise económica, principalmente dos problemas da economia externa. Como só dificilmente se podem separar os factores da economia externa dos da economia interna, assim como os impactos no crescimento e no emprego, também os défices da balança de transações correntes são explicados por uma perda de competitividade internacional, que por seu turno é causada por um exagerado «welfare state» [5].

do bloco ocidental, parte-se tanto do termo lato de segurança social, englobando o sistema de segurança social e as relações industriais (principalmente a co-gestão), como do termo lato de eficiência, embora desempenhando aqui a competitividade internacional o papel principal. Tendo em conta as condições «básicas» da economia mundial, o citado estudo constata — contrariamente ao que se passou nos anos 50 e 60 — um crescente, embora negativo, efeito recíproco entre o «welfare state» e a eficiência em quase todos os países estudados, com excepção da República Federal da Alemanha.

Olhando para a pesquisa empírica sobre o «welfare state», nota-se a falta de estudos estatísticos e quantitativos baseados em comparações internacionais [15]. Também o estudo empírico de carácter mais qualitativo de Geiger-Geiger não chega a nenhuma conclusão clara que pudesse, hoje ou num futuro próximo, reinvindicar claramente qualquer validade.

Finalmente, acerca desta questão, seriam ainda necessárias algumas referências à política de desenvolvimento que tem essencialmente importância para o caso de Portugal. Desde o final dos anos 70, a política económica e principalmente o carácter do sistema económico dos países em vias de desenvolvimento foram considerados responsáveis pelo sucesso ou insucesso do desenvolvimento. Os estudos pareciam confirmar a correlação analítica dos factos: quanto mais economia de mercado no interior e comércio livre com o exterior, tanto mais eficaz o desenvolvimento [16]. Quando, portanto, as estruturas e as políticas internas decidem quanto ao sucesso do desenvolvimento, põe-se então, no nosso contexto, a questão de saber quais os sistemas que se podem desenvolver melhor ou mais depressa: os sistemas de economia de mercado ou os mais caracterizados pela intervenção do Estado. A análise estatística não nos dá nenhuma resposta inequívoca; em particular, a comparação entre economias de mercado e socialistas não é passível de estudos muito aprofundados [17].

Um caso especial deste debate sobre o carácter do sistema económico é a discussão, muito mais importante na prática, sobre os programas de ajustamento do FMI em países altamente endividados com défices crónicos da balança de pagamentos [18]. Estes programas têm como base teórica o modelo monetário Polak [19], que supõe que os problemas das balanças de transacções correntes resultem duma criação exagerada de crédito interno. Partindo

desta explicação, segue-se um princípio de ajustamento, orientado para a procura, que tende em primeiro lugar para uma restrição da procura interna, principalmente através de uma política monetária restritiva, mas também através da redução das despesas do Estado (muitas vezes das despesas sociais) e da redistribuição de rendimentos [20].

Resumindo: empiricamente os resultados não são conclusivos, nem nos países industrializados nem nos países em vias de desenvolvimento. Algumas correlações apontam para um *trade-off* negativo do «welfare state» e da competitividade externa. De uma maneira geral, a análise estatística é, contudo, discutível. Um estudo mais cuidado das relações internas entre estes dois fenómenos torna-se portanto desejável.

3. «Welfare state» e competitividade internacional. Considerações teóricas

Convém primeiro considerar o conceito de «competitividade internacional» em toda a sua complexidade:

a) No sentido mais restrito e «micro», entende-se como competitividade a capacidade de uma empresa ou de um ramo de actividade colocar no mercado determinado produto, baseada, entre outros, em baixos custos por unidade ou numa alta produtividade. Este fenómeno é medido, por exemplo, através da análise RCA (*revealed comparative advantage*) que considera as balanças comerciais sectoriais. Uma balança positiva indicaria assim que um determinado ramo é internacionalmente competitivo;

b) Ao nível macroeconómico, este conceito conduz à balança comercial ou de transacções correntes, cujo saldo positivo indica, a curto prazo, a competitividade internacional de um país. Sem fluxos de capital compensatórios, entretanto, este saldo tem de equilibrar-se no longo prazo. No caso de um défice, chega-se a este equilíbrio através de custos mais baixos internamente (que, sem aumento da produtividade, implicam rendimentos mais baixos) ou através de uma desvalorização [21]. O caso de um *superavit* permitia

um aumento de rendimentos ou uma revalorização. Numa perspectiva dinâmica, estas alterações da taxa de câmbio indicam assim alterações na competitividade internacional duma economia. Transitoriamente, no entanto, pode-se financiar um défice por dívidas externas, e assim evitar uma desvalorização;

c) No longo prazo e como objectivo razoável da política económica, a competitividade internacional não pode ser entendida como redução permanente dos rendimentos nacionais ou subvalorização da moeda nacional para obter *superavits* permanentes na balança de transacções correntes, mas como capacidade de aumentar o rendimento nacional em moeda internacional sem ser imperioso aceitar défices externos. Assim definida, a competitividade internacional depende sobretudo do aumento da produtividade e da flexibilidade com que uma economia adapta a sua estrutura produtiva às mudanças permanentes do mercado mundial [22]. Um país competitivo também atrai normalmente investimento estrangeiro.

De que modo o desenvolvimento do «welfare state» influencia a competitividade internacional dum país? Os efeitos do «welfare state» são analisados, principalmente, sob um ponto de vista económico, pela ciência das finanças públicas. Mas os seus efeitos sobre a economia externa encontraram ali tradicionalmente pouca atenção [23]. Nas análises mais orientadas para a economia externa, como por exemplo para a competitividade internacional, o «welfare state» já é focado. De seguida irão ser resumidos alguns elementos mais importantes da teoria económica, onde serão distinguidos aspectos referentes à balança de transacções correntes a curto prazo e à concorrência a longo prazo.

O debate político acima referido concentrou-se nos efeitos a curto prazo que o «welfare state» exerce sobre os custos e a balança comercial. Este debate distingue pouco os países industrializados dos países em desenvolvimento. Os encargos sociais (e geralmente todas as medidas que aumentam os custos salariais) acrescem os custos dos produtores nacionais e baixam a sua competitividade internacional, se não houver desvalorização. As despesas públicas como parte da procura total atraem importações,

na medida da sua propensão à importação. No caso de financiamento inteiro por receitas públicas (impostas), as despesas aumentam as importações apenas na medida em que a sua elasticidade de importação é maior do que a dos rendimentos reduzidos pelos impostos. No caso de défice orçamental aumenta-se a procura total e, assim, possivelmente o défice externo.

Muito menos claras são as afirmações teóricas relativas ao efeito a longo prazo do «welfare state» sobre a competitividade internacional. Como esta depende da produtividade e da flexibilidade, quer dizer, da capacidade de adptar e mudar a estrutura económica, põe-se a questão de saber como são afectadas pelo «welfare state». Trata-se, por um lado, dos seus efeitos sobre a produtividade e a mobilidade dos factores e, por outro, sobre a oferta de factores, em particular, do capital que é preciso para modernizar.

Críticos afirmam que o «welfare state» impede a formação de capital e a vontade de trabalhar. Principalmente, o primeiro aspecto é importante para a economia no plano externo, quando se tem em conta que um país com alta competitividade internacional é um local atractivo para investimentos, podendo ser estes de empresas nacionais, financiados por poupanças nacionais ou investimentos estrangeiros directos. O «welfare state» pode afectar esta capacidade de investimento através da absorção da poupança para o financiamento do défice do orçamento, quer no mercado de capitais quer através de impostos exageradamente altos. Assim, quedas de crescimento e emprego foram explicadas em vários países (p. ex. a Rep. Fed. da Alemanha e os EUA) por alguns economistas como efeito duma falta de capital, que por seu lado foi considerada como consequência do «welfare state», isto é, devido a altos impostos e salários [24]. No quadro da concorrência internacional para a captação de investimentos, impostos reduzidos, subsídios estatais e mesmo baixos salários servem para tornar a economia nacional atractiva para os investidores [25].

A influência do «welfare state» sobre a produtividade dos factores está sujeita a um debate intenso. Os críticos supõem também efeitos negativos através de uma distorção na afectação de factores, onde os preços regulamentados, impostos reduzidos ou mesmo isenção de impostos específicos, subsídios, etc., exercem uma influência negativa sobre o capital. Para o factor trabalho, eles supõem menor mobilidade e flexibilidade devido a regula-

mentos de carácter laboral e de «welfare state». Contrariando estas afirmações, referem igualmente, para o factor trabalho, ganhos de mobilidade através dos sistemas de segurança nacionais e maior produtividade através de uma formação e saúde melhores. Discutível continua, ainda, saber até que ponto intervenções e estímulos do Estado podem (ou poderiam) alcançar uma mais eficiente afectação de capital, por exemplo através dum financiamento mais elevado de sectores económicos em expansão [26].

4. Concorrência internacional e «welfare state»: hipóteses para uma resposta

Uma hipótese para responder à questão, seria uma análise estatística e quantitativa que se baseasse nos novos dados dos anos 70 e 80 e que tivesse como ponto de partida uma comparação entre indicadores do «welfare state» e da competitividade internacional. Para o caso de Portugal esta tentativa é feita mais adiante (segunda parte) [27]. Aparentemente, uma análise estatística dá-nos muitas possibilidades de interpretação. No entanto, certas relações causais são difíceis de serem reconhecidas com segurança. Duas possíveis cadeias de causa-efeito deveriam estar no centro do estudo:

— uma intensificação (ou redução) do «welfare state», à qual se segue uma perda (ou aumento) da competitividade internacional;
— uma perda da competitividade internacional, à qual se segue uma (por isso forçada) redução do «welfare state».

Também aqui não é suficiente uma análise quantitativa, porque mesmo uma sequência clara e empírica deste tipo não nos diria nada sobre a causa e o efeito. Assim, a perda da competitividade internacional poderia, por exemplo no primeiro caso, ter sido originada por outros factores, que não a intensificação do «welfare state». Por isso, é necessário fazer acompanhar os estudos quantitativos de uma análise qualitativa, tendo em conta processos sociais e políticos, como se tenta fazer, em seguida, no caso de Portugal.

Portugal é, em muitos aspectos, um caso a considerar: como país em vias de desenvolvimento já mais avançado, pode contribuir tanto para o debate sobre países em vias de desenvolvimento (ver acima) como para um debate sobre países industrializados. Por um lado, dispõe de um — embora pouco expressivo — «welfare state», como nos países industrializados mais desenvolvidos, por outro, detém problemas estruturais e regulamentos estatais que são mais típicos de países em vias de desenvolvimento.

Contrariamente ao «welfare state» plenamente desenvolvido dos países industrializados, em Portugal confrontamo-nos antes com a questão de saber até que ponto os condicionamentos da economia externa impedem (têm impedido) o desenvolvimento dum «welfare state» mais eficaz. Por detrás disto esconde-se também a questão de saber até que ponto o modelo do «welfare state» dos países industrializados pode ser adoptado pelos países em vias de desenvolvimento sob condições agravadas da economia mundial (concorrência internacional mais intensa).

A história mais recente de Portugal dá-nos um vasto material sobre alterações estruturais evidenciando quatro cadeias de causa e efeito, do género acima referido, durante o período entre 1973 e 1985, permitindo uma análise detalhada do processo económico e político. Para antecipar, desde já uma conclusão: o caso português mostra-nos, com toda a clareza, as limitações de uma análise meramente quantitativa e estatística.

B. «WELFARE STATE» E ECONOMIA EXTERNA: O CASO PORTUGUÊS

1. O «welfare state» português

a) *Desenvolvimento histórico do «welfare state» português*

As raízes do «welfare state» português vêm do século XIX. Mas só se pode falar de «welfare state», na concepção actual, desde 1919, ano em que foi votada a lei sobre o seguro obrigatório contra a doença, acidentes de trabalho, invalidez e velhice. Com o Estado Novo o «welfare state» transformou-se num modelo mais corporativista. O Estatuto Nacional do Trabalho de 1933 e o

Decreto-Lei 1984 de 1935 regulamentavam de novo a estrutura das instituições de segurança social.

Alterado em 1962 pelo Decreto-Lei 2115, este sistema corporativo continuou a vigorar com as suas diferentes instituições para os trabalhadores (Caixas Sindicais de Previdência), agricultores (Casas do Povo), pescadores (Casas dos Pescadores) e empregados da função pública (Caixa de Previdência Geral e Caixa de Viúvez) até 1974. Até esta data a segurança social era algo limitada, encontrando-se vinculada a um controlo social.

A «revolução» de 1974, com as suas reivindicações gerais para melhorar a situação dos mais desfavorecidos e para substituir o sistema corporativo por um democrático, alterou também o «welfare state», embora não imediatamente. A Constituição de 1976 incluía o direito geral à segurança social (Art. 63) com colaboração, entre outros, dos sindicatos, devendo proteger todos os cidadãos em caso de doença, velhice, invalidez, viúvez, orfandade, desemprego e outras falhas de meios ou rendimentos comprovados. O orçamento da segurança social começou a ser então parte do Orçamento do Estado (Art. 108).

Ainda em 1974 e 1975 foram alterados a base de direitos e o número dos beneficiários, o que se reflectiu num aumento enorme das despesas, embora as mudanças institucionais se processassem muito mais devagar. Só em 1977 foi criado, por uma lei, uma nova estrutura orgânica da segurança social. A regulamentação institucional foi derrubada, do ponto de vista organizativo, pela criação da burocracia da segurança social, que englobava no interior do Ministério do Trabalho e Segurança Social [28] a Secretaria de Estado para a Segurança Social, com as suas diversas secções, nomeadamente os centros regionais para a segurança social. Financeiramente, a regulamentação levou a um aumento considerável das prestações de segurança social. A reorganização da Segurança Social terminou, por enquanto, em 1984, com uma nova lei que deve uniformizar o sistema [29].

Além disto, grande parte das medidas económicas e também das medidas de regulamentação política tomadas no seguimento da «revolução» podem ser compreendidas como intensificação do «welfare state», no sentido em que foi tentado substituir estruturas e processos de ordem económica por regulamentos e organizações de ordem estatal, favorecendo os mais pobres. Assim, a nacionalização e a reforma agrária deveriam melhorar a sorte dos

trabalhadores (rurais) e tornar mais barato o sustento dos consumidores. O congelamento das rendas e a política de salários (salário mínimo, etc.) apontavam também para um aumento dos salários reais. Reformas nas leis do trabalho aumentavam a protecção em caso de despedimento. Muitos destes regulamentos não eram um corte revolucionário com o passado. Também o Estado Novo se imiscuia fortemente, regulamentando os mercados, mantendo, contudo, a propriedade privada. O congelamento das rendas, por exemplo, prolongava um velho congelamento, até aí só aplicado em Lisboa, alargando-o ao resto do país. Que isto era muitas vezes irrealista e contraditório e desencadeava rapidamente efeitos contrários, destruindo assim as melhorias desejadas a curto prazo, era, quando não politicamente, pelo menos economicamente esperado e pouco surpreendente.

b) *O desenvolvimento quantitativo do «welfare state» desde os anos 70*

O desenvolvimento quantitativo do «welfare state» desde os anos 70 é, em sentido restrito, surpreendente, como nos mostra o quadro 1.

O desenvolvimento quantitativo mostra-nos um claro aumento até 1976. A parte das despesas de índole social no PIB aumenta em cerca de metade. Este salto também não retrocede totalmente em tempos de austeridade. De resto, as taxas reais de crescimento dão-nos principalmente o percurso cíclico do desenvolvimento do «welfare state» entre 1973 e 1984: intensificação até 1976, depois uma redução devido ao programa de estabilização (1976-79); desde 1979 uma nova expansão, que se transforma a partir de 1982 numa fase de recrudescimento.

Esta dinâmica é também acompanhada pelo aumento das taxas de contribuição dos empregados e da entidade patronal, embora só de forma limitada, o que levou a uma crescente discrepância entre contribuições e despesas totais, acarretando então a necessidade de compensação por transferências do Orçamento Geral do Estado.

Estas taxas não englobam ainda o fundo de desemprego, cuja taxa é desde 1984 de 7,5% (4% entidade patronal e 3,5% empregado). Anteriormente, entre 1978 e 1983, esta taxa era de 5,5 %

QUADRO 1

EVOLUÇÃO DAS DESPESAS SOCIAIS EM PORTUGAL (1973-84)

a) em percentagem do PIB

Ano	Segurança Social	Saúde	Educação	Total
1973	5.89	2.67	2.22	10.77
1974	6.71	2.91	2.65	12.28
1975	8.71	3.80	4.06	16.57
1976	9.81	4.12	3.89	17.82
1977	9.05	4.00	3.54	16.59
1978	8.19	4.02	3.98	16.20
1979	7.19	3.92	3.84	14.95
1980	8.31	4.27	4.53	17.11
1981	9.14	4.49	4.74	18.37
1982	9.05	4.28	4.77	18.09
1983	8.82	4.10	4.73	17.65
1984	9.14	3.63	4.13	16.89

b) Taxas de crescimento (preços de 1976)

Ano	Segurança Social	Saúde	Educação	Total
1973-74	7.87	3.17	13.22	7.80
1974-75	17.48	18.07	38.84	22.23
1975-76	18.12	13.98	0.29	12.80
1976-77	- 3.70	1.11	- 4.96	- 2.86
1977-78	- 7.53	2.80	15.06	- 0.22
1978-79	- 10.72	- 0.86	- 2.03	- 6.14
1979-80	22.63	15.73	25.32	21.52
1980-81	7.12	2.25	1.76	4.48
1981-82	0.66	- 3.05	2.29	0.17
1982-83	- 4.05	- 5.68	- 2.24	- 3.96
1983-84	- 2.84	- 16.72	- 17.80	- 9.89

FONTES: Maia 1985, pp. 181 segs.; Dados em relação às despesas com a saúde e educação de Alfredo Bruto da Costa; Relatórios e Indicadores Económicos do Banco de Portugal em relação aos dados de 1984 e ao deflator do PIB (1976 = 100); cálculos do autor.

(3 % + 2,5 %). Desde Outubro de 1986 foi introduzida uma contribuição única para a Segurança Social, que também engloba o Fundo de Desemprego. A taxa única é então de 10,5 % para o empregado (uma descida de 1 %, antes 3,5 % + 8 %) e de 25 % para o empresário, portanto 35,5 % no total.

QUADRO 2

EVOLUÇÃO DE TAXAS COM CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (1969-84)

Taxas das contribuições (%)	1969	1977	1979	1981
Empregados	6,5	7,5	8,0	8,0
Entidade Patronal	17,0	19,0	20,5	21,0
Total	23,5	26,5	28,5	29.0

Os efeitos da política salarial e da actuação dos mecanismos redistributivos podem ser claramente notados na repartição dos rendimentos.

Tal como nas despesas sociais, verifica-se também um salto nítido desde 1974. Esta redistribuição a favor dos assalariados retrocedeu em grande parte nos anos seguintes. Depois de um ponto mais baixo em 1979, seguiu-se novamente, e até 1981, uma pequena reviravolta a favor dos empregados, que sofreu até 1984 uma nova descida.

QUADRO 3

REPARTIÇÃO DE RENDIMENTOS (PARTICIPAÇÕES EM % DO PIB) E EVOLUÇÃO DE SALÁRIOS (1973-84)

ANO	1973	1974	1975	1976	1977	1978
Remunerações (%)	46,4	51,8	66,3	64,6	57,9	56,8
Salários e ordenados (%)	—	—	49,0	46,5	41,0	39,4
Variações do salário real (%)	- 0,4	4,0	10,3	0,5	- 9,0	- 5,5
ANO	1979	1980	1981	1982	1983	1984
Remunerações (%)	52,9	56,5	56,3	55,4	53,5	50,3
Salários e ordenados (%)	36,8	38,3	37,0	36,5	34,2	31,4
Variações do salário real (%)	- 4,2	04,6	00,0	2,1	- 5,6	- 10,1

FONTES: Para os anos 1973-74 o Anuário Estatístico (INE) e Esser e outros (1977); depois disso, relatórios e «Indicadores Económicos» do Banco de Portugal [30].

Finalmente dever-se-ia considerar um último indicador para o desenvolvimento do «welfare state»: a política fiscal.

A expansão das funções do Estado, e principalmente a expansão dos défices e da dívida, deu-se mais uma vez em duas «ondas». A primeira expansão visível deu-se devido à «revolução» de 1974. Entre 1976 e 1979 verificou-se uma certa estabilização, a que se segue uma segunda fase, mais curta e de expansão, que vai até 1981-82, para se estabilizar então outra vez, a um nível mais elevado.

Resumindo: Todos os indicadores confirmam a expansão do «welfare state» desde 1973. O primeiro momento vai até 1976, acusando em seguida uma queda, à qual se segue em 1979 uma segunda expansão de menor alcance, que tem o seu fim em 1981. Tudo isto não é de admirar quando se estuda o desenvolvimento económico e social português e a história política desde 1973. A primeira expansão está aparentemente ligada à «revolução». A segunda é obra da coligação AD, que efectuou uma política económica de expansão. O recuo, que se verificou entre estas duas fases, não é só devido à grave recessão mundial, mas também devido ao programa de austeridade do FMI. De maneira semelhante

QUADRO 4

AS DESPESAS E AS RECEITAS PÚBLICAS, O DÉFICE DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO, EM % DO PIB (1973-84)

ANO	1973	1974	1975	1976	1977	1978
Despesas públicas	24	30	31	36	35	37
Receitas públicas	22	28	26	29	28	28
Défice	+2	−2	−5	−7	−7	−8
Dívida pública	19	27	34	41	46	51
ANO	**1979**	**1980**	**1981**	**1982**	**1983**	**1984**
Despesas públicas	36	40	46	47	49	48
Receitas públicas	28	31	35	36	40	37
Défice	−8	−9	−11	−11	−9	−10
Dívida pública	53	49	62	52	59	65

FONTES: Relatórios e «Indicadores Económicos» do Banco de Portugal; cálculos do autor.

se processa também a extinção da segunda fase de expansão em tempo de crise e de austeridade. Estas relações serão, no entanto, ainda estudadas mais pormenorizadamente.

c) *Comparação internacional do «welfare state» português*

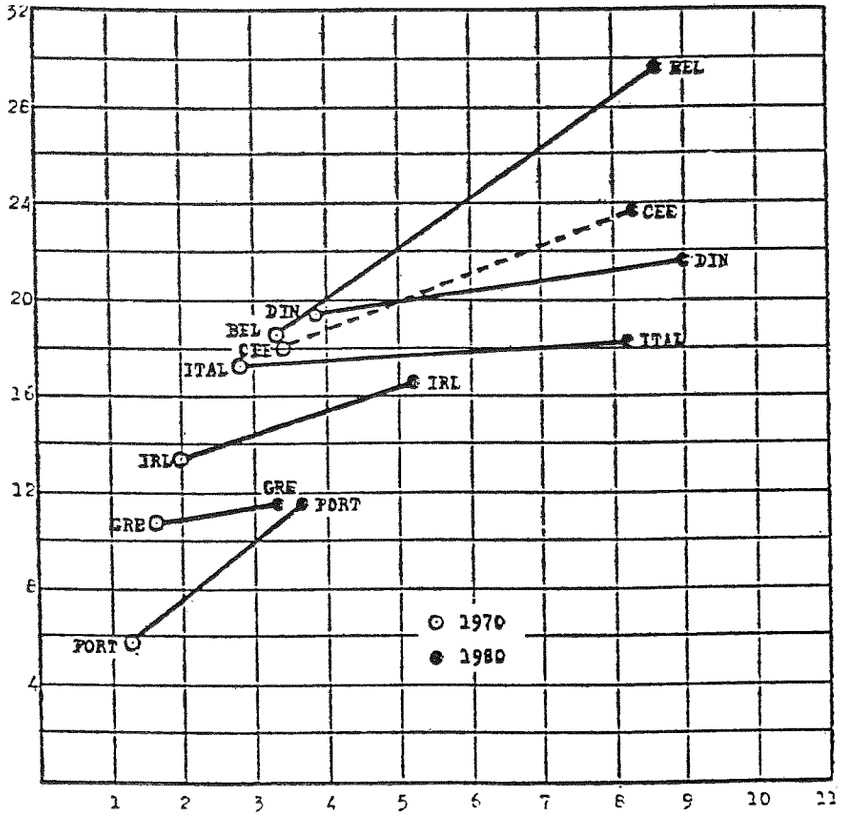
Portugal mostrou-nos e mostra-nos ainda hoje, ao comparar-se internacionalmente com outros países da OCDE, um «welfare state» subdesenvolvido. Contudo, pode falar-se de um processo de recuperação de Portugal em relação a outros países. Em 1960, Portugal tinha o mais baixo peso do sector público na economia dentro de toda a OCDE. Enquanto a média de todos os países era de 26,3 % (despesas) e 27,7 % (receitas), Portugal registava, respectivamente, 17,0 % e 17,6 %. Até 1982, a situação tinha-se alterado radicalmente, embora também não suficientemente: Portugal, com os seus 42,7 % e 33,2 %, encontrava-se ainda abaixo da média da OCDE — 47,0 % e 41,9 %, embora não em último lugar [31]. A considerar são também os aumentos médios. Enquanto Portugal aumentou mais ou menos 25 pontos percentuais, a média da OCDE só aumentou mais ou menos 20 pontos.

A situação é semelhante quanto às despesas sociais. A percentagem em relação ao PIB em Portugal era em 1970 de 3,6 %. A média da OCDE encontrava-se então em mais ou menos 18 %. Em 1981 a percentagem em Portugal aumentou até aos 11,7 %, enquanto a média da OCDE alcançou quase os 26 % [32]. O gráfico seguinte mostra-nos este processo. Despesas correntes com a segurança social em alguns países europeus (1970-80), em percentagem do PIB.

Os encargos com contribuições sociais situam-se em 36,5 % (29 % Caixa + 7,5 % Fundo de Desemprego), nível nitidamente mais elevado do que o da Alemanha (29,5 %) e da OCDE, que engloba os 40 % da Holanda, os 14,8 % do Japão, os 12,1 % do Reino Unido e os 11,1 % dos EUA [33]. Contudo, o Imposto Profissional é menor. Os impostos e as contribuições alcançaram em Portugal em 1984 cerca de 30 % do PIB, enquanto na OCDE se situaram, para os exemplos citados, em 46,8 % (Holanda), 41,0 % (Alemanha), 38,2 % (Reino Unido). No Japão (27,7 %) e nos EUA (28,5 %) estes situavam-se a um nível mais baixo do que em Portugal.

GRÁFICO 1

DESPESAS CORRENTES COM A SEGURANÇA SOCIAL EM ALGUNS PAÍSES EUROPEUS (1970-80), EM % DO PIB



PIB *per capita* (× 1000 dólares EUA)

FONTE: Costa - Maia, 1985, p. 95.

A participação dos salários no PIB em Portugal situava-se entre os 50 e os 60 % nos anos de 1973-84, ao mesmo nível dos mais importantes países da OCDE. Sobre a repartição (pessoal) de rendimentos em Portugal faltam-nos dados mais recentes. Em 1973-74 ela era visivelmente mais desigual do que na maior parte dos países da OCDE. Em 1975, a situação tinha melhorado visivelmente [34], mas é de admitir que esta mudança tenha sido contrariada nos anos seguintes [35]. Os salários por hora com todas

as despesas acessórias são, no entanto, de longe os mais baixos da OCDE.

A necessidade de recuperação de Portugal torna-se também evidente através da análise de certos indicadores sociais, relativamente fracos (embora não possamos supor, implicitamente, que uma intensificação do «welfare state» pudesse resolver este problema): a esperança de vida dos Portugueses (em 1980), que era de 75 e 67 anos para mulheres e para homens, respectivamente, situava-se a um nível inferior à média da OCDE (no mesmo ano), isto é, 77,5 e 70,8 anos [36]. A mortalidade infantil é a mais elevada dentro da OCDE. Quanto ao número de camas de hospital por 1000 habitantes (cerca de 5 em Portugal), só a Turquia tem uma pior relação dentro da OCDE. Depois do Japão, é Portugal que tem a maior percentagem de pessoas idosas, que ainda (têm de trabalhar) trabalham. A favor da tese de que mais «welfare state» poderia melhorar este problema, temos o facto de que, entre 1970 e 1980-82, a situação em Portugal melhorou consideravelmente, mesmo muito mais do que a média na OCDE. Assim, por exemplo, a esperança de vida das mulheres em Portugal neste espaço de tempo aumentou 4,7 e a dos homens 2,9 anos, enquanto o respectivo aumento em média na OCDE se situou somente nos 2,4 e 2 anos. Deve observar-se que, no entanto, Portugal parte de um nível da esperança de vida mais baixo.

2. O desenvolvimento da economia externa de Portugal desde os anos 70

Antes de mostrarmos a evolução conjuntural da economia externa nos últimos anos, devemos tomar em conta alguns aspectos fundamentais: Portugal é uma pequena e dependente economia, que está marcada em muitos aspectos pela sua interligação internacional (elevado grau de abertura). O seu lugar na divisão internacional de trabalho é determinado desde há séculos pelo seu estatuto semiperiférico, cuja concretização mais importante foi o tratado de Methuen, que atribuía a Portugal o papel de exportador de produtos agrícolas, importando bens industriais do Reino Unido. Este quadro não sofreu muitas alterações, pese embora o facto de que as colónias possibilitavam também ao país a produção de bens industriais simples e a sua troca contra

matérias-primas. Aliás, Portugal exporta desde há algumas décadas estes bens industriais simples, graças a mão-de-obra barata, que constitui o atractivo principal para investimentos estrangeiros directos, especialmente orientados para a exportação. Mas é no campo dos produtos de alto nível tecnológico que Portugal se encontra extraordinariamente dependente das importações, uma dependência que é intensificada pela necessidade de importar energia e alimentos.

Ao mesmo tempo, a economia é marcada por uma fraca capacidade da oferta, perpetuada e incrementada através dos tempos e, em parte, condicionada na vertente externa pela divisão internacional do trabalho forçada, sendo esta, parcialmente, expressão da estrutura social. Esta estrutura nunca conheceu uma burguesia liberal e empreendedora que tivesse instaurado um processo próprio de industrialização. Em vez disso, dominou uma interligação entre Estado e economia que, no geral, fomentava o imobilismo (protecção) e não a inovação. Daí resultou uma rigidez estrutural do sistema produtivo que transforma rapidamente mudanças de procura em inflação ou em surtos de importação.

Para pôr à prova a nossa questão — até que ponto factores da economia externa influenciaram o desenvolvimento do «welfare state» em Protugal, deve mostrar-se para já a evolução de alguns indicadores principais.

Como se pode ver no quadro 5, a economia externa de Portugal piorou visivelmente nos anos 70 e 80. O escudo teve de sofrer uma forte desvalorização, o que também é reflexo de um diferencial de inflação. A balança comercial desde 1974 registava tendencialmente um défice crescente. Depois de uma leve melhoria nos anos 1978-80, ela piorou novamente em 1981-83, para melhorar levemente a partir de 1983, embora sem nunca alcançar a posição anterior de 1974.

A balança comercial negativa, compensada em parte pelas receitas do turismo e pelas transferências dos emigrantes, obrigou Portugal a ficar cada vez mais endividado perante o estrangeiro. As dívidas ao estrangeiro aumentaram continuamente desde 1974. Mesmo a pequena melhoria da balança comercial não foi suficiente para diminuir o grau de endividamento [38]. A própria obrigação em saldar a dívida anterior contribuiu para o seu crescente aumento, o que levou em 1984 a um grau de 35 %. A perda de competitividade é também visível na decrescente participação de Portugal no mercado dos países da OCDE. Por detrás disto esconde-se um aumento simétrico dos custos salariais por unidade, como se pode ver no seguinte gráfico da OCDE.

QUADRO 5

A EVOLUÇÃO DA ECONOMIA EXTERNA PORTUGUESA (1971-84)

ANO	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977
Câmbio (Esc./$EUA)	28,2	27,0	24,7	25,4	25,6	30,2	38,3
Balança Comercial/PIB (%)	7	5	7	15	12	12	15
Participação no mercado da OCDE (73=100)			100	87	76	63	61
Dívida externa/PIB (%) [37] ..	(2)	(2)	(5)	(2)	7	8	11

ANO	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984
Câmbio (Esc./$EUA)	43,9	48,9	50,1	61,6	79,5	111	146
Balança Comercial/PIB (%)	12	10	14	20	20	14	10
Participação no mercado da OCDE (73=100)	63	74	76	69	78	86	93
Dívida externa/PIB (%) [37] ..	16	16	15	18	23	31	35

FONTES: FMI, International Financial Statistics, Banco de Portugal, Relatórios Anuais, Anuário Estatístico (INE); cálculos do autor.

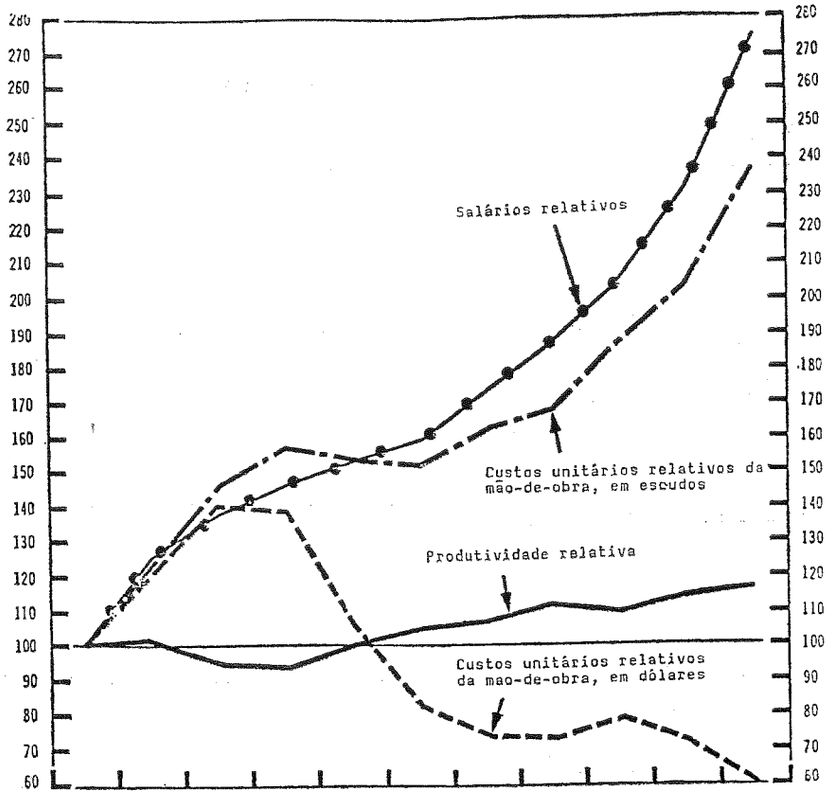
Tanto na participação no mercado como também nos custos salariais pode constatar-se nos anos 1973-83 o mesmo ritmo: uma perda de mercados com o aumento dos custos salariais até 1976, depois de uma leve recuperação, embora sofrendo entre 1980-81 um leve decréscimo.

Analisando a atracção exercida por Portugal como local de investimento, o panorama é então menos nítido, como nos mostra o quadro 6.

O investimento directo estrangeiro apenas diminuiu visivelmente em 1976-77. Esta situação pode ser explicada pelo facto de decisões de investimento anteriores a 25 de Abril de 1974 terem sido levadas até ao fim. Depois disso os investidores contiveram-se nitidamente face a novos projectos. A política de estabi-

GRÁFICO 2

EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO COMPETITIVA DA INDÚSTRIA PORTUGUESA (1973-83) (1973 = 100)



FONTE: OCDE (1984), p. 18.

lização entre 1977 e 1979 pouco alterou a situação. A participação do investimento estrangeiro no aumento substancial do nível de investimento, verificado em Portugal entre 1976 e 1982, é globalmente fraca. Uma mudança nesta atitude só é visível desde 1982.

QUADRO 6

INVESTIMENTO DIRECTO ESTRANGEIRO (IDE) EM PORTUGAL (1973-84)

Anos	Participação do IDE no PIB	Participação do IDE no investimento	Participação do investimento no PIB
1973	0.96	4.87	19.72
1974	0.77	4.30	17.84
1975	0.82	5.00	16.49
1976	0.48	2.99	16.16
1977	0.35	1.31	26.99
1978	0.36	1.26	28.68
1979	0.46	1.69	27.39
1980	0.52	1.76	29.78
1981	0.65	1.98	32.69
1982	0.55	1.66	33.35
1983	0.62	1.98	31.11
1984	0.88	3.55	24.90

FONTES: dados do Banco de Portugal (relatórios anuais, indicadores económicos); cálculos do autor.

3. A relação entre economia externa e «welfare state»: uma análise quantitativa

À primeira vista, a evolução quantitativa parece confirmar a teoria que supõe uma relação negativa entre «welfare state» e competitividade internacional duma economia. O visível aumento dos indicadores do «welfare state» entre 1973 e 1975-76 acarretou desvantagens no domínio da economia externa, mais nitidamente na participação nos mercados dos países da OCDE e na balança comercial, um pouco na dívida externa e surpreendentemente pouco nas taxas do câmbio.

A inversão de tendência (por exemplo nos salários) registada entre 1976 e 1979 não poderia melhorar, de imediato, a situação da economia externa, mas atenuar apenas o seu declínio. Assim foram estabilizadas as participações no mercado dos países da OCDE e em 1979 foi conseguida uma pequena expansão, tendo a situação da balança comercial sido algo melhorada (sem alcançar,

QUADRO 7

RESULTADOS DO CÁLCULO DE CORRELAÇÕES [39]

VARIÁVEIS DO WELFARE STATE	VARIÁVEIS DA ECONOMIA EXTERNA			
	Taxa de Câmbio	Balança comercial	Participação no mercado	Dívida externa
Despesas com Seg. Social ..	0.25	0.48	0.63	0.46
Despesas públicas	0.79	0.48	0.20	0.94
Défice do orçamento	0.59	0.53	0.47	0.84
Dívida pública	0.76	0.37	0.27	0.93
Partic das remunerações ...	0.36	0.20	0.76	0.06
Partic dos salários	0.34	0.28	0.71	0.07

FONTES: tabelas apresentadas; cálculos do autor.

no entanto, o nível de 1973). A dívida externa continuou a aumentar, e a desvalorização do escudo tornou-se inevitável.

Portanto, enquanto a «inversão» dos anos 1976-79 mostrou poucos resultados positivos em termos da economia externa, a algo pequena intensificação do «welfare state» em 1980-82 foi (em comparação com a intensificação dos anos 1974-75) fortemente responsável pelo agravamento da economia externa, principalmente em relação à balança comercial. Em parte, a verdadeira dimensão da crise só se tornou visível em 1983-84, através da contínua queda do escudo e do rápido aumento da dívida externa.

Poder-se-ia, portanto, falar de uma «elasticidade» muito inconstante e desigual entre o «welfare state» e a economia externa em que, algumas vezes, variações do «welfare state» provocam pequenas, outras vezes, «incomparavelmente» grandes variações na economia externa. Esta oscilação da elasticidade leva também a que, por exemplo, cálculos de correlação simples não dêem resultados significativos.

As relações estatísticas são significativas, caso a probabilidade de erro seja de $\alpha = 0{,}05$, quando o coeficiente de correlação é maior do que 0,58. Se se aplicar uma bitola extremamente exigente (probabilidade de erro de $\alpha = 0.01$), então o valor tem de se situar acima dos 0,71 [40]. Estes valores levantam mais dúvidas do que fornecem respostas. Analisemos mais de perto os resultados. Pode verificar-se, principalmente no domínio da dívida externa, uma sólida relação estatística. A dívida pública foi aumentando passo a passo com as despesas públicas. As causas gerais para as diferentes correlações detectadas podem ser, certamente, encontradas na própria natureza das variáveis da economia externa.

Primeiro: a taxa do câmbio só reproduz, atenuadamente, a avaliação do «mercado» em relação à competitividade de Portugal, representando mais a política económica de Portugal. A sua relativa estabilidade até 1976 é artificial e provocou um forte agravamento da balança comercial e da dívida externa no mesmo período.

Segundo: a balança comercial, em 1973-74 e em 1980-81, sofreu um importante agravamento, devido ao aumento exagerado do preço do petróleo importado. Os Portugueses, infelizmente, ficaram sujeitos a dois efeitos nefastos coincidentes: por um lado, aumento dos preços das importações, por outro, aumento do volume das importações, em parte devido ao aumento da procura interna, resultante do aumento dos salários e das despesas públicas.

Assim, as importações de petróleo aumentaram em 1973-74 em cerca de 10 milhões de contos, um valor que representa um terço do agravamento total da balança comercial entre 1973 e 1974 — cerca de 30 milhões de contos (8 % do PIB). Os outros dois terços são, portanto, devidos ao aumento da procura interna. Em 1971-81 a balança comercial sofreu um agravamento em quase 200 milhões de contos (10 % do PIB), dos quais cerca de 80 milhões de contos eram devidos ao aumento das importações de petróleo [41]. Mas, utilizando o indicador «défice da balança comercial», retirando as importações de petróleo, não obtemos mesmo assim melhores correlações.

O terceiro indicador da economia externa, ou seja a participação do mercado dos países industrializados, representa melhor a verdadeira competitividade de Portugal. Aqui, também o «choque do petróleo» influencia o resultado, porque o aumento dos preços do petróleo aumentou a participação dos exportadores de petróleo nos mercados dos países industrializados, que importam petróleo, com prejuízo de outros exportadores (Portugal). Mesmo assim, pode verificar-se aqui uma correlação relevante com os indicadores referentes a salários e remunerações.

Finalmente, o último indicador: a dívida externa. Embora estando sujeita à sua própria dinâmica (cada vez mais dívidas para pagar as antigas dívidas), mostra também a crescente necessi-

dade de financiamento internacional do sector público português. A sua correlação com a despesa e com a dívida pública é nítida (cf. quadro 6).

Acima de tudo, a taxa do câmbio (muito dependente da política) influencia também, a curto e a longo prazo, a balança comercial em sentido inverso (efeito da curva J). Uma sobrevalorização, como se verificou em 1974-76, poupa a balança a curto prazo através da redução dos preços das importações (quando calculada em escudos), mas leva, a longo prazo, a um crescente défice, porque estas importações baratas tiram o lugar à produção nacional e fazem diminuir as exportações. Uma forte desvalorização do escudo, como sucedeu desde 1977 devido ao programa do FMI, aumenta a curto prazo (isto é cerca de 12 a 18 meses) o défice através do encarecimento das importações, provocando depois uma reorientação da procura para o produto português no próprio país e no estrangeiro.

Finalmente, os aumentos dos preços do petróleo provocaram duas profundas recessões nos países industrializados que prejudicaram, por um lado, as exportações (e o turismo) e, por outro, reduziram as transferências dos emigrantes, aumentando assim a necessidade de se financiar as importações através de dívida externa.

A dificuldade em esclarecer as verdadeiras relações entre as alterações na repartição interna dos rendimentos e o desenvolvimento da economia externa também subsiste, quando se calcula as elasticidades importação / componentes da procura. A distribuição por grupos de produtos específicos também nos dá poucas pistas. No quadro 8 encontramos a elasticidade média de 1973-74 até 1983-84 para as importações totais e para grupos de produtos escolhidos, produtos estes que representam a maior parte das importações portuguesas, mais exactamente, as secções «NEMCE» [42] 2: «Produtos vegetais» (isto é, principalmente cereais); 5: «Minerais» (principalmente petróleo); 16: «Máquinas e aparelhos»; e 17: «Material de transporte» (isto é, principalmente automóveis).

O quadro mostra-nos que a elasticidade dos salários e das despesas com o «welfare state» encontrava-se no geral acima da do PIB, enquanto as despesas públicas acusaram uma menor elasticidade. Isto parece comprovar a suposição de que um alargamento dessas componentes da procura faz aumentar as importações para além da média (PIB total). Este facto pode apoiar a

QUADRO 8

ELASTICIDADES IMPORTAÇÃO / COMPONENTES DA PROCURA EM PREÇOS CORRENTES ESCUDOS (MÉDIA DE 1973-74 ATÉ 1983 84)

COMPONENTES DA PROCURA	IMPORTAÇÕES				
	Totais	2	5	16	17
PIB total	1,2	1,6	2,3	1,0	1,0
Massa salarial	1,6	2,1	2,4	1,5	1,4
Despesas públicas	0,9	1,2	1,6	0,8	0,8
Despesas sociais [43]	1,2	1,6	2,0	1,0	1,1
Despesas da Segurança Social	1,3	1,6	2,2	1,2	1,2

FONTES: INE, Estatísticas do Comércio Externo de 1973 até 1984; cálculos do autor.

tese do FMI segundo a qual se teriam que reduzir os salários reais, para combater o endividamento [44]. Mas contra tal conclusão, eventualmente apressada, temos o facto de que as elasticidades têm tido valores altamente dispersos durante o período. Desde 1974 até 1975, todas registaram, com excepção do petróleo, valores negativos, porque as importações a preços correntes caíram em absoluto, enquanto as componentes da procura, todas elas — mesmo que pouco — aumentaram. As elasticidades máximas alcançaram, de uma maneira geral, valores que ultrapassam muito o valor médio. Além disso, as despesas sociais ocupam no total da procura um pequeno volume, não podendo, por isso, explicar as respectivas alterações na procura global.

4. Uma análise económica da evolução das relações entre «welfare state» e economia externa

Vamos tomar em conta quatro fases, que se caracterizam por diferentes facetas do desenvolvimento interno e externo.

a) *1973-76: Intensificação do «welfare state» e agravamento da economia externa*

A intensificação do «welfare state» neste período é inequívoca: o sistema de segurança social que durante o Estado Novo chegava a apresentar saldos positivos no Orçamento Geral do Estado,

constituindo por isso uma verdadeira poupança, com a legislação liberal da «revolução» passou a apresentar défices. Enquanto esse défice em 1974 era só de 0,3 milhões de contos, em 1975 aumentou para 2,4 e em 1977 para 9,9 milhões de contos, défice esse que teve de ser financiado através da poupança já existente e mais tarde através de empréstimos [45]. Só a partir de 1976 é que há uma transferência do Orçamento Geral do Estado, embora diminuta (cerca de 1,5 milhões de contos em 1976).

Por isso, a intensificação do «welfare state» pouco incidiu sobre o próprio Orçamento do Estado. O crescente défice derivou de outras fontes, principalmente das crescentes despesas com o pessoal (a participação da função pública, em relação à ocupação total, aumentou de 6,8 % em 1970 para 8,1 % em 1975 [46], isto é de 200 000 funcionários públicos em 1968 para 366 000 em 1978 e para 407 000 em 1983 [47]) e dos custos da descolonização. O défice originou uma crescente dívida pública, mas só em 1976, um aumento verdadeiramente significativo da dívida pública externa.

Mas a repartição de rendimentos tornou-se bem mais significativa. Em 1974 os assalariados recebiam mais 40 milhões de contos do que em 1973 e em 1975 mais 60 milhões do que em 1974. Estes aumentos parecem enormes devido à inflação, mas mesmo a preços constantes (de 1963), estes aumentos ainda representam 25 milhões de contos ou um aumento da participação dos salários no PIB em 20 %. Correspondentemente, o consumo privado aumentou, enquanto a actividade investidora diminuiu significativamente.

As importações aumentaram também de 1973 para 1974 em cerca de 40 milhões de contos, das quais 10 milhões representaram os aumentos das importações de petróleo. Também as importações de produtos agrícolas aumentaram em 10 milhões de contos. O aumento restante distribuiu-se pelos diferentes grupos de produtos. Isto parece confirmar a tese de um défice externo influenciado pela repartição. Surpreendentemente, as importações não só deixaram de aumentar entre 1974 e 1975 apesar dos fortes aumentos salariais, que eram superiores aos do ano anterior, como também baixaram visivelmente. Para esta queda foi responsável a crise de toda a economia, que fez com que o PIB baixasse em quase 5 % (a preços constantes), enquanto a massa salarial (também a preços constantes) aumentava em cerca de quase 15 %. O decréscimo simultâneo das exportações, que se pode atribuir aos aumentos dos custos salariais, limitava a redução do défice da

balança comercial. De 1975 a 1976 o quadro alterou-se parcialmente. Apesar da estagnação dos salários reais, as importações aumentaram visivelmente em 30 milhões de contos, embora não se podendo falar com facilidade do aumento por produtos individualmente (excepto o petróleo). A causa deve ser procurada essencialmente na desvalorização do escudo, que se tinha situado até 1975 em cerca de 25 Esc./US$, caindo em 1976 para 30 Esc./US$. Enquanto as importações aumentaram em escudo em cerca de 30 %, o aumento em US$ foi só de 10 %. Como as exportações continuaram a cair em US$, a balança comercial sofreu de novo um agravamento.

Resumindo, o quadro não é claro: o desenvolvimento entre 1973 e 1976 foi condicionado por vários factores externos, principalmente pelo aumento dos preços do petróleo e pela recessão que se seguiu em 1975, o que torna impossível considerar os problemas da economia externa como efeitos da intensificação do «welfare state». Além disso, pode dizer-se que a situação da economia externa de Portugal em 1976 não era desesperada. A dívida ainda se encontrava dentro dos limites toleráveis, sendo mais graves as perdas do mercado de exportação [48].

b) *1976-79: Redução do «welfare state» e estabilização da economia externa*

Nesta fase não se pode falar numa redução do «welfare state» propriamente dita. Trata-se antes de uma estagnação que, contudo, estava ligada à redução dos salários reais. Embora até 1979 a participação das despesas sociais em relação ao PIB descesse ao nível de 1975, ela continuou mesmo assim acima do nível anterior (durante o Estado Novo). As próprias despesas públicas estagnaram relativamente ao PIB, mas tendo em conta que ao mesmo tempo as receitas estagnaram, não deixou de gerar-se um défice contínuo no Orçamento do Estado, aumentando de ano para ano a dívida pública. Os salários reais baixaram em 20 %, o que colocou a participação dos salários no PIB ao nível de 1974. Isto tudo aconteceu devido ao programa de estabilização do FMI.

A situação da economia externa estabilizou-se realmente, mas foi apenas isso que aconteceu. A situação não melhorou de forma duradoura. A dívida externa continuou a aumentar porque a balança de transacções e a balança comercial continuavam defici-

tárias, embora o défice diminuísse em relação ao PIB e a balança de transacções correntes alcançasse em 1979 quase um equilíbrio. Este «equilíbrio», porém, não se ficou a dever à balança comercial, cujo próprio défice ia aumentando em US$ (sem falar dos efeitos da desvalorização). Foram principalmente os aumentos das remessas dos emigrantes e as receitas do turismo que melhoraram a balança de transacções correntes. Estas receitas estavam contudo dependentes da desvalorização ou deviam-se à prosperidade que se registava nos países da OCDE.

Resumindo, não chegamos a nenhuma conclusão clara: a nova repartição dos rendimentos, prejudicando os assalariados, não podia reduzir as importações, levando somente ao aumento ligeiro das exportações. Decisiva foi antes de mais a desvalorização e a atracção daí resultante pelo Escudo, principalmente para os emigrantes.

c) *1979-82: Intensificação do «welfare state» e agravamento da economia externa*

Desde 1979 pode notar-se uma leve intensificação do «welfare state», embora a sua dimensão ainda se situe visivelmente abaixo da primeira fase. A participação das despesas sociais no PIB aumentou em 1,6 %, a das despesas públicas em 10 %. A dívida pública aumentou igualmente. A participação dos salários no PIB modificou-se a favor dos trabalhadores em 3,5 % devido ao nítido aumento dos salários reais em 1980, os quais diminuíram mais uma vez, parcialmente, em 1982.

Quanto à economia externa processou-se, ao mesmo tempo, o desenvolvimento de um descalabro: partindo em 1979 de uma balança de transacções correntes equilibrada, o seu défice em 1982 passou de 2,4 para 240 milhões de contos. O défice da balança comercial triplicou. Este efeito deu-se, certamente e em parte, devido ao segundo aumento dos preços do petróleo. As importações de petróleo aumentaram em cerca de 140 milhões de contos entre 1979 e 1982, o que explica potencialmente mais de metade do défice. A dívida externa também aumentou em cerca de 7 % do PIB e triplicou em escudos. O valor externo do escudo manteve-se até 1980, seguindo-se depois a sua desvalorização. A participação das exportações portuguesas no mercado da OCDE diminuiu visivelmente em 1981. É certo que factores externos em

Portugal eram corresponsáveis por esta evolução: o choque do preço do petróleo, a recessão que se seguiu, o aumento das taxas de juros internacionais. Mas o que ressalta da economia interna é significativo: a política económica de expansão aumentou as importações e diminuiu a competitividade de Portugal nos mercados externos.

Mesmo assim, a questão continua em aberto: porque é que esta segunda e mais fraca fase de intensificação do «welfare state» traz como consequência reacções mais catastróficas em relação à economia externa do que a primeira? A resposta pode ser encontrada na situação da economia externa: as importações de petróleo apenas representaram em 1974 1/4 do aumento do défice, embora em 1980 já representassem metade. Isto diminuiu o campo de acção para a política económica interna. Este facto constituiu uma agravante, porque Portugal atravessava em 1980-82 um período de crescimento (com uma taxa média anual de crescimento real de 2,7 %), enquanto em 1973-76 não se verificava qualquer crescimento, principalmente por causa da queda real na ordem dos 4 % em 1975. Como o exterior se desenvolvia no mesmo período visivelmente mais devagar (países industrializados em 1980-82: — 0,6 % ao ano), esta diferença de crescimento levou a um respectivo fluxo unilateral na importação, que foi ainda agravado pela sobrevalorização do escudo (a diferença entre a taxa de inflação anual de Portugal e a da OCDE foi 10,2 %). Em 1973-76 a diferença nas taxas de crescimento entre a OCDE e Portugal tinha sido só de 0,8 % enquanto se registava ao mesmo tempo uma diferença de inflação de 7,3 % [49].

d) *1982-85: Redução do «welfare state» e estabilização da economia externa*

Não se verificou exactamente uma redução do «welfare state» durante este período de tempo. A participação das despesas sociais no PIB permaneceu quase constante. A participação do Estado também não diminuiu. Por isso aumentou também a dívida pública. Contudo, verificou-se uma considerável redução do salário real, o que levou a parte dos salários brutos no rendimento ao seu mais baixo nível, desde 1973.

Apesar disso, as medidas foram suficientes para melhorar a situação da economia externa. O défice da balança comercial pôde

ser — relativamente ao PIB — reduzido a metade até fins de 1984 e a balança de pagamentos pôde ser em 1985 outra vez positiva. Além das medidas tomadas em relação à economia interna, esta situação ficou a dever-se também à forte desvalorização registada, reduzindo as importações em US$ em quase 20 % (em escudos elas ainda aumentaram em cerca de 30 %) e aumentando as exportações em US$ em mais de 20 %, o que representava em escudos mais do que uma duplicação das exportações. A situação geral da dívida não melhorou, porque juros relativamente altos e um forte dólar americano, pelo menos até princípios de 1985, provocaram o contínuo aumento do serviço da dívida.

e) *Resumo*

A análise económica mostra-nos em primeiro lugar que não existe uma relação directa e forçosamente económica entre as alterações no «welfare state» e a competitividade externa, mesmo quando algumas variáveis aparentemente se interligam.

Pode-se chegar à seguinte conclusão no caso de Potrugal.

Um aumento das despesas sociais ou das despesas públicas em geral causa problemas de economia externa quando é acompanhado por uma política económica de expansão que, só por si, deteriora a balança de transacções correntes numa fase de estagnação da economia mundial. O mesmo é válido para a repartição dos rendimentos. Uma alteração na repartição foi em Portugal relativamente neutral em relação à balança de transacções correntes, como mostra a evolução em 1975, quando uma tal alteração em favor dos salários não aumentou as importações, porque coincidiu com uma recessão geral. Quando a repartição do rendimento em favor dos assalariados constituiu um elemento do alargamento geral da procura interna, então, resulta um surto nas importações, se não forem tomadas medidas contrários.

Em relação a estas «medidas», tem de se tomar em conta um segundo aspecto importante: a taxa do câmbio. A moeda portuguesa esteve sobrevalorizada durante quase todo o período aqui analisado, isto é, a sua desvalorização não compensou suficientemente a diferença da inflação entre Portugal e os seus mais importantes parceiros comerciais. Assim, cada aumento da procura interna provocou um aumento mais do que proporcional nas importações. Simultaneamente, os mesmos governos, que exerciam

uma política económica de expansão, tentaram travar a desvalorização do escudo, aumentando assim ainda mais este efeito. Nas fases de uma política de austeridade teve-se então de travar a procura interna como também desvalorizar, o que tornou esse processo duplamente doloroso. No caso português, a determinação «certa» da taxa do câmbio é de extrema importância, porque uma sobrevalorização reduz as transferências dos emigrantes.

Por isso é que o método utilizado de vez em quando em Portugal, consistindo no encarecimento das importações sem desvalorização através de direitos alfandegários ou sobretaxas, é pouco eficiente porque assim as exportações, o turismo e as remessas dos emigrantes não são encorajados, ocorrendo mesmo assim efeitos inflacionários de uma desvalorização.

5. O processo interno

A análise económica parece contradizer uma determinada interpretação [30] sobre a mais recente história portuguesa, que vê nela uma repressão constante de esforços socialistas e dos interesses dos trabalhadores. Segundo esta interpretação, o FMI tem normalmente o papel de «patife», que impede ou faz retroceder as reformas sociais com o «chicote» das suas condições. Mas o que se pode verificar, em concreto, em relação a esta opinião, à luz dos dados acima referidos?

Primeiro: as relações estatísticas, que dependem fortemente da escolha dos indicadores, são relativamente débeis e ganham apenas alguma consistência numa análise económica mais cuidada. Contudo, tem de se tomar em conta ainda certos aspectos que a análise acima referida não considerou, mas que são essenciais para uma interpretação desta situação como conflito entre FMI e reforma social.

a) *A política económica interna*

Foram analisados acima os potenciais conflitos entre os objectivos do «welfare state» e os da economia externa. Na verdade, no plano interno encontramos outros aspectos, embora também ligados aos da economia externa, de grande importância. Em primeiro lugar, podem-se referir o crescimento, o emprego e a estabilidade dos preços. Assim uma redistribuição a favor dos salários,

embora possa não afectar a balança de pagamentos, pode mesmo assim impedir o crescimento, aumentar o desemprego e acelerar a inflação. Sendo este o caso, as correntes políticas da Direita e os empresários exigem normalmente uma redistribuição a favor do capital.

Assim, os empresários reagiram também em Portugal face à redistribuição e à redução dos lucros com moderação dos seus investimentos ou com fuga de capitais, o que por outro lado levou a um retrocesso do crescimento e a um aumento do desemprego. Os trabalhadores e o Estado não foram capazes de impedir ou de compensar este processo. Para isto teriam sido necessários a poupança e o investimento por parte destes dois intervenientes. Em vez disso, os ganhos da redistribuição foram consumidos.

Neste contexto, podem-se distinguir nitidamente as duas «fases de intensificação» do «welfare state» em Portugal: enquanto a primeira fase se deu sob a reorganização «revolucionária», despoletando, por isso mesmo o acima referido processo (os investimentos reais reduziram-se a metade entre 1973 e 1975, a taxa de desemprego triplicou), a segunda foi uma fase associada a uma política económica de expansão com crescente actividade investidora (1979: 27,2 %, 1980: 29,5 %, 1981: 31,3 % e 1982: 31,5 % do PIB) e de decréscimo do desemprego.

Isto é também visível na inflação, que se tornou, no contexto português, o principal instrumento da redistribuição de rendimentos.

A evolução acima referida pode ser vista aqui claramente: em 1973-74, torna-se principalmente sensível o aumento do preço do petróleo, cujo impacto inflacionário é reduzido em 1975 e 1976 pela sobrevalorização; em 1974-75, verifica-se uma redistribuição a favor do trabalho e do Estado; a partir de 1976, a contribuição do capital sobe; a partir de 1979, a contribuição das importações sobe, mais uma vez, significativamente; em 1980-81, verifica-se novamente uma redistribuição a favor do trabalho e do Estado; em 1982-84, a contribuição do capital sobe lentamente. Mas a segunda redistribuição a favor do trabalho (1980-81) é de longe menos drástica do que a primeira, e a sua correcção é por isso muito mais fraca.

As quatro fases da evolução do «welfare state» e da economia externa diferenciam-se por isso também no plano da economia interna. Se na primeira fase de intensificação do «welfare state»

QUADRO 9

TAXA DE INFLAÇÃO E CONTRIBUIÇÃO DAS VÁRIAS COMPONENTES (EM PERCENTAGEM)

ANO	TAXA	CONTRIBUIÇÃO			
		Trabalho	Outros Rendimentos	Impostos	Importações
1973	13	16	44	3	36
1974	27	42	9	2	47
1975	21	105	−8	11	−8
1976	18	30	47	9	13
1977	27	16	48	6	30
1978	22	28	46	4	22
1979	25	20	42	2	36
1980	17	31	11	9	49
1981	20	31	20	9	39
1982	22	36	27	6	31
1983	26	36	28	6	30
1984	29	33	31	6	30

FONTES: Relatórios do Banco de Portugal.

o problema era o aumento do desemprego e o fraco investimento, caracterizando-se a estabilização daí decorrente por um crescimento da economia geral, na segunda fase, o problema maior era principalmente o enorme défice do Estado, cuja estabilização só era possível através de uma visível recessão. O problema da grande inflação e do défice da balança de pagamentos permanece, contudo, ao longo do período analisado.

b) *O conflito político entre a Esquerda e a Direita*

A «mecânica» dos processos económicos, principalmente no tocante à economia externa, está intrinsecamente ligada aos processos políticos característicos de Portugal desde 1974. As consequências económicas das reformas sociais foram em parte o resultado da incapacidade política da Esquerda em formular e realizar um projecto realista de desenvolvimento económico do país. Elas foram também, em parte, consequência da política dos empresários, que reagiram à evolução com a fuga dos capitais e com a moderação dos investimentos.

A pressão da economia externa tem nestes processos apenas um efeito catalisador. O FMI e outros fornecedores de crédito

estrangeiro só entraram no jogo quando a política (e a economia) portuguesa se colocou nas suas mãos através do forte aumento de importações e da dívida. Porém, a sua influência torna-se cada vez maior e consegue, devido à incompetência da política portuguesa, solucionar o problema da economia externa.

A «revolução» coincidiu, infelizmente para a Esquerda portuguesa, com uma grave crise na balança de pagamentos. No fim do programa de estabilização, embora satisfatório para a economia externa, verificou-se em 1979 uma vitória eleitoral da Direita. Esta não se pode interpretar como o resultado de um apoio do FMI porque, pensando bem, as exigências do FMI — devido a factores políticos — não tinham sido excessivamente duras [51]. A interpretação da Esquerda devia ter dificuldades em explicar o segundo acto do drama português, quando um governo da Direita, com uma política populista, não respeitando os limites da economia externa, teve de enfrentar uma derrota eleitoral em 1983. Por outro lado, os acontecimentos de 1985 podem confirmar esta interpretação. Em 1985, os socialistas — já depois da segunda, conseguida, mas dolorosa estabilização da economia externa — receberam como «factura» uma derrota eleitoral que permitiu ao governo da Direita, que se seguiu, utilizar essas novas margens de manobra na economia externa, para fazer uma política populista. Mas no caso português, a interpretação mais correcta parece ser a de que uma estabilização é sempre um negócio ingrato e que qualquer reforma política devia tomar providências no seu projecto económico, protegendo-se assim contra a pressão da economia externa.

6. Resumo

O problema da redução do «welfare state», condicionada pela economia externa, não é novo em Portugal. Já nos anos 20, um governo português não queria satisfazer as condições da Sociedade das Nações para obter um crédito no montante de 12 milhões de libras esterlinas. Depois disto, Salazar tomou o poder e conseguiu, como ministro das Finanças, equilibrar o orçamento, forçando, entre outras medidas, as autarquias a uma redução radical das suas prestações sociais [52].

Mas, tal como ontem, hoje em dia as determinantes políticas são as que decidem em última instância: onde e como se deve reduzir a procura interna que ultrapassa a oferta interna e como deve ser equilibrado e financiado o Orçamento do Estado? Um projecto de reforma social torna-se, pelo menos a nível da economia externa [53], vulnerável quando não exerce uma política financeira e monetária sólida. Sem esta condição, tem de aceitar-se então soluções de crise, que põem em perigo a sua própria base política.

O caso português confirma que não há mecanismos económicos que só por si possam impedir as reformas sociais, devido a factores de economia externa, mesmo sob condições de crise da economia mundial desde 1973. A Direita não se pode referir normalmente ao «primado da balança de pagamento», quando argumenta contra novas estruturas de repartição, contra fortes intervenções do Estado na economia e contra uma intensificação do «welfare state». Porém, a Esquerda tem de tomar consciência dos riscos que ameaçam uma estratégia de reforma, principalmente em relação à economia externa, e reformular por isso o seu projecto.

Pode dizer-se claramente que a intensificação do «welfare state» português não tem de fracassar devido a problemas da economia externa — pressupondo uma correcta *policy-mix* de política cambial, monetária e orçamental. Mas o caso torna-se mais difícil quando se analisam as condições estruturais da competitividade portuguesa. Aparentemente, os factores de custo têm aqui (ainda?) uma importância considerável. Nem a produtividade da indústria existente é tão alta que permita altos salários reais em moeda estrangeira, nem se verifica uma rápida mudança estrutural em relação a sectores com alto valor acrescentado.

Qual a influência que o «welfare state», em sentido lato, ou seja a dimensão da regulamentação estatal, a intervenção no mercado, o sector das empresas públicas, tem sobre a competitividade? É difícil de calcular. Aqui torna-se perceptível uma fraca capacidade de oferta associada a uma classe empresarial historicamente mais orientada para apropriação do que para a produção de riqueza e para a inovação. Esta é uma das grandes características do subdesenvolvimento de Portugal, que é comum a outros países em desenvolvimento [54]. Questionável é, contudo, saber se uma concepção conservadora e liberal remedeia esta situação

através da «privatização da economia». Como em muitos outros países em vias de desenvolvimento, Portugal tem uma grande burocracia, mas também um Estado fraco [55]. Liberalizar iniciativas privadas exige, em primeiro lugar, o bloqueamento de interesses privados no Estado e a «desprivatização do Estado» [56].

NOTAS

[1] Uma versão mais sucinta deste trabalho foi publicada em Konjunkturpolitik. Zeitschrift für angewandte Wirtschatsforschung, 32. Jg. Heft 6-1986. O autor deseja agradecer a Helga Silva, José Vasco Lacerda Marques e José Monteiro Barata pela cooperação prestada na respectiva tradução.

[2] Economista. Director de Estudos no Centro de Estudos para o Desenvolvimento Internacional.

[3] Cf. duas obras representativas: Banco Mundial (1984), p. 1 ou Lal e outro (eds.) (1986), pp. 4 segs.

[4] Cf. por exemplo Hayek (1952), pp. 156 segs. ou Röpke (1955).

[5] Cf. Olson (1982) e especialmente em relação à «crise da legitimidade do welfare state»: OCDE (1981).

[6] Cf. estudo mais pormenorizado de Dauderstädt (1986).

[7] Este ponto c) é a questão central de um projecto de investigação, que o Instituto de Investigação da FES, com o apoio da Fundação Volkswagen, leva a cabo. Este texto entende-se como resultado parcial desse projecto.

[8] Cf. Lal e outro (eds.) (1986).

[9] Cf. Alber (1982) e (1983); Kohl (1981) e (1984); Schmidt (1982), (1983); Cameron (1978) e (1981).

[10] Cf. Cameron (1978).

[11] Cf. resenha de Lockart (1984), pp. 335 segs., que engloba vários trabalhos em relação ao «welfare state», indicando também só Cameron como sendo um autor com propósitos explicativos, que tem em conta a economia externa.

[12] Castles (1981), pp. 122 segs.

[13] Cf. Alber (1983); Kohl (1984); opinião contrária em Cameron (1981).

[14] Geiger/Geiger (1978).

[15] Uma tal análise estatística é levada a cabo neste momento dentro do acima referido projecto de investigação da FES (veja-se nota 5).

[16] Para indicar alguns apoiantes: Bauer (1972), Balassa (1977 e 1982), Krüger (1978), Ifo (1982), Banco Mundial (1983), principalmente o cap. 6, etc.

[17] Para uma crítica do estudo IFO, referido na nota 14, que pertence aos defensores da tese de uma superioridade da economia de mercado, cf. entre outras Dauderstädt/Pfaller (1984), pp. 85 segs., Dauderstädt (1984), p. 13 e mais detalhadamente — Wilkens (1985), pp. 69 segs., principalmente pp. 82 segs.

[18] Cf. Beveridge/Kelly (1980).

[19] Cf. Polak (1957); Wohlmut (1983).

[20] Cf. nota 15, também Johnson/Salop (1980) e Killick (1984).

[21] Se uma tal redução de custos é provocada directamente ou através de uma desvalorização, então ela pode levar na realidade, a que sectores com baixo valor acrescentado fiquem competitivos, portanto rentáveis numa economia interna. Este fenómeno encontra-se na base da tese da sobre-industrialização da República Federal da Alemanha, por causa da subvalorização do marco (cf. Schatz (1974), Riese (1978)), e em oposição, encontramos um debate sobre um retrocesso da industrialização no Reino Unido, um país com uma moeda sobrevalorizada devido ao petróleo (cf. Blackaby (ed.) (1978), e Posner/Steer (1978).

[22] Cf. Orlowski (1982).

[23] Encontramos em Musgrave (1969) 1 ½ página em relação aos efeitos na balança comercial e isto só na edição alemã! Semelhante em Kolms (1966), Aaron (1982). Uma das poucas análises relacionadas com o tema, encontramos em Kraus (1978), cap. III, «The International Trade Effects of "welfare state" Interventions», pp. 39 segs.

[24] Em relação aos EUA cf. o breve trabalho de Harrington (1984), pp. 6 segs.; em relação à RFA p. ex. Lambsdorff (1982), pp. 3 segs.

[25] Em relação aos efeitos de sistemas de impostos diferentes, em que há uma mobilidade internacional de capital, cf. Meade (1978); Kraus (1978).

[26] Cf. em relação a este conjunto de temas mais pormenorizadamente Dauterstädt (1986).

[27] É levado a cabo neste momento uma comparação internacional deste género, dentro do acima referido projecto na nota 5.

[28] O nome do Ministério e das suas competências sofreram muitas alterações devido aos vários governos e mudanças de governo desde 1974. Cf. estudo mais pormenorizado de Silva Leal (1985), pp. 925 segs.

[29] Cf. Maia (1985) e Guibentif (1985 *a*, 1985 *b*).

[30] Os dados são por isso mesmo pouco compatíveis; para 1975 obtivemos dos dados do Anuário Estatístico uma percentagem de 62,7 % para as remunerações; nos dados do Banco de Portugal 66,3 %. O salário real só se refere à indústria. Os valores de 1971-74 dizem respeito apenas a Lisboa e por isso só são condicionalmente compatíveis com os anos seguintes.

[31] Os números das duas últimas fases são da Revue Economique da OCDE (1985), p. 31.

[32] Cf. Bruto da Costa e Maia (1985), p. 96; estes valores não são compatíveis com os nossos do quadro 1, porque englobam apenas as despesas correntes da segurança social.

[33] Cf. relatório mensal do Deutsche Bundesbank (1986), p. 23.

[34] Cf. ILO (1979), p. 104, onde é seguido o coeficiente Gini para 1973-74 — 0,431 e para 1975 — 0,378 (para comparar: RFA 1973 — 0,396).

[35] Cf. os dados acima referidos para a evolução dos salários. Para 1980, um recente trabalho indica-nos: G = 0,380. Ver Pereirinha, J. (1988).

[36] Cf. Revue Economique de l'OCDE (1985), p. 140.

[37] Os valores entre parêntesis para 1971-74 referem-se a uma posição credora.

[38] Excepto no ano de 1980, em que o endividamento se reduziu em 1 ponto percental, após a melhoria da balança comercial registada em 1978 e 1979.

[39] Os valores foram considerados em módulo.

[40] Cf. Gaensslen e outro (1976), pp. 49 segs., 308 segs.

[41] Cf. Anuário Estatístico, vários anos, cálculos do autor.

[42] NEMCE = Nomenclatura Estatística das Mercadorias do Comércio Externo.

[43] Por «despesas sociais» entende-se aqui, assim como no quadro 1 *b*), a soma das despesas com a saúde, educação e despesas da segurança social. As últimas seguem-se no Quadro 8 abaixo das despesas sociais.

[44] Cf. Maaβ (1986), p. 246, as fontes do FMI aí citadas.

[45] Cf. Banco de Portugal (1976), p. 111.

[46] Cf. Revue Economique de l'OCDE (1985), p. 66.

[47] Cf. Secretaria de Estado da Administração Pública, Inquérito prévio aos serviços e organismos do Estado 1983, Lisboa 1984, p. 32.

[48] Cf. Maaβ (1986), quem interpreta a situação da mesma maneira.

[49] Cf. OCDE Etudes Economiques 1983-84, Portugal, p. 9.

[50] 20 por exemplo Eisfeld (1984), pp. 172 segs. Numa forma fraca Rother (1985) e Maaβ (1986). Em Portugal esta posição foi apoiada fortemente pelo PCP e os seus círculos mais próximos.

[51] Cf. Stallings (1981).

[52] Cf. Grohs e outros (1982), p. 14.

[53] Cf. estudo mais geral de Griffith-Jones (1981).

[54] Aproveitando Elsenhans (1983), pode-se falar aqui em «privilégio próprio das classes estatais».

[55] O levar até ao fim dos interesses privados dá-se principalmente pela utilização selectiva das leis através da burocracia. Cf. Cutileiro (1977), 3.ª parte, e Sousa Santos (1985), pp. 890 segs.

[56] Cf. estudo geral de Dauderstädt (1986 *b*).

BIBLIOGRAFIA

AARON, H. J. — Economic Effects of Social Security, Washington, 1982.

ALBER, J. — Vom Armenhaus zum Wohlfahrtsstäat. Analysen zur Entwicklung der Sazialversichedung in Westeuropa, Frankfurt, New York, 1982.

ALBER, J. — Einige Grundlagen und Begleiterscheinungen der Entwicklung der Sozialausgaben in Westeuropa, em: Zeitschrift für Soziologie, Jg. 12, H. 2, April, 1983.

BALASSA, B. — Policy Reform in Developing Countries, London, 1977.

BALASSA, B. — Development Strategies in Semi-industrial Economies, Baltimore, 1982.

BAUER, P. — Dissent on Development: Studies and Debates on Development Economics, Cambridge, Mass., 1972.

BLACKABY, S. (Ed.) — De-Industrialization, London, 1978.

CAMERON, D. R. — The Expansion of the Public Economy: A Comparative Analysis, em: American Political Science Review, vol. 72, Nr. 4, 1978.

CAMERON, D. R. — On the Limits of the Public Economiy. Paper prepared for delivery at the annual meeting of the American Political Science Association, New York, (September 1981), 1981.

CASTELS, F. G. — How does Politics matter? Structure or Agency and the Determination of Public Policy Outcomes, em: European Journal of Political Research, N.° 9, 1981.

COSTA/MAIA — Segurança Social em Portugal — Principais Características e Análise dos seus Efeitos Redistribuitivos, em: Desenvolvimento 2, 1985.

CUTILEIRO, J. — Ricos e Pobres no Alentejo (Uma Sociedade Rural Portuguesa), Lisboa, 1977.

DAUDERSTÄDT, M. — New Names for Old Games. The Anatomy of Aid., Bonn, 1985.

DAUDERSTÄDT, M. — Free Markets versus Political Consensus. The International Competitivness of Societies, em: Intereconomics, vol. 22-1, 1987.

DAUDERSTÄDT, M. — Policy Dialogue: The Unknowing Talk to the Unwilling, em: Law and State, vol. 37, 1988.

DAUDERSTÄDT/PFALLER — Bestandsaufnahme und Bewertung neuer entwicklungspolitischer Ansätze, Köln, 1984.

EISFELD, R. — Sozialistischer Pluralismus in Europa. Ansätze und Scheitern am Beispiel Portugal, Köln, 1984.

ELSENHANS, H. — Abhängiger Kapitalismus oder Bürokratische Entwicklungsgesellschaft. Versuch, über den Staat in der Dritten Wellt, Frankfurt, 1981.

FLORA/HEIDENHEIMER — The Development of Welfare States in Europe and America, New Brunswick/London, 1981.

GEIGER/GEIGER — Welfare and Efficiency. Their Interactions in Western Europe and Implicatins for International Economic Relations, London, 1978.

GROHS, G. u.a. — Portugals Beitritt zur Europäischen Gemeinschaft. Probleme der Europäischen Integration, Bonn, 1982.

GUIBENTIF, P. — Discursos e Aparelhos nas Transformações Políticas — O caso da Segurança Social, Análise Social, 3.ª série, vol. XXI, n.os 87-88-89, 1985, 3.°-4.°-5.°, S. 945 ff., 1985.

HARRINGTON, M. — Myth and Reality in the American Economic Policy Debate. Supply-siders, Keynesians, Monetarists, and the left Alternative, Bonn, 1984.

HAYEK, F. A. — Der Weg zur Knechtschaft, Erlenbach-Zürich (2. Aufl.), 1952.

HOFFMANN, G. — Sozialpolitik in Portugal. Vertretung der Arbeitnehmerinteressen und System sozialer Sichedung, Frankfurt M., 1983.

IFO-INSTITUT — Wirtschaftsordnung, sozio-ökonomische Entwicklung und weltwirtschaftliche Integration in den Entwicklungsländern, Bonn (BMWi), 1982.

ILO — Employment and Basic Needs in Portugal, Genf, 1979.

KOHL, J. — Trends and Problems in Postwar Public Expenditure Development in Western Europe and North America, em: Flora/Heidenheimer, 1981.

KOLMS, H. — Finanzwissenschaft, Berlin (4 Bde.), 1966.

KRAUSS, M. — The New Protectionism, the Welfare State and International Trade, New York, 1978.

KRUEGER, A. O. — Liberalisation Attempts in Developing Countries, Washington, 1978.

LAL/WOLF, (Eds.) — Staflation, Savings, and the State. Perspectives on the Global Economy, New York, 1986.

LAMBSDORFF, O. von — Konzept für eine Politik zur Überwindung der Wachstumsschwäche und zur Bekämpfung der Arbeitslosigkeit, v. 9.9.82, o.O (Bonn), 1982.

LOCKHART, C. — Explaining social policy differences among advanced industrial societies, em: Comparative Politics, April 1984, S. 355 ff., 1984.

MAAβ, G. — Portugal — ein Schwellenland in der Schuldenkrise, Wirtschafts — und Entwicklungspolitik im Zeichen von Auslandsverschuldung und IWF-Intervention (1974-1984), (Diss.), Hamburg, 1986.

MACEDO/SERFATY (Ed.) — Portugal since the Revolution: Economic and Political Perspectives, Boulder, 1981.

MAIA, F. M. — Segurança Social em Portugal. Evolução e Tendências, Lissabon, 1985.

MUSGRAVE, R. A. — Finanztheorie, Tübingen (2. Aufl.), 1969.

OECD — The Welfare State in Crisis, Paris, 1981.

OECD — Portugal (Etudes Economiques, 1983-1984), Paris, 1984.

OECD — Portugal (Economic Studies 1985-1986), Paris, 1985.

OLSON, M. — The Rise and Decline of Nations. Economic Growth, Stagfla- and Social Rigidities, New Haven - London, 1982.

ORLOWSKI, D. — Die internationale Wettbewerbsfähigkeit einer Volkswirtschaft. Konzeptionelle Grundlagen und empirische Messung einer wirtschaftspolitischen Zielgrösse, Göttingen, 1982.

PEREIRINHA, J. — Inequality, household income distribution and development in Portugal, IIS, Haia, tese de doutoramento não publicada, 1988.

PFALLER, A. (Ed.) — Der Kampf um den Wohlstand von Morgen. Internationaler Strukturwandel und neuer Merkantilismus, Bonn, 1986.

POSNER/STEER — Price Competitiveness and Performance of Manufucturing Industry, em: Blackaby (ed.), 1978.

RIESE, H. — Strukturwondel und unterbewertete Währung in der Bundesrepublik Deutschland. Bemerkungen zur theoretischen Position des Instituts für Weltwirtschaft Kiel, em: Konjunkturpolitik, Band 24, Heft 3, 1978.

RÖPKE, W. — Grenzen und Gefahren des Wohlfahrtsstaates, Frankfurt/M., 1955.

ROTHER, B. — Der verhinderte Übergang zum Sozialismus. Die Sozialistische Partei Portugals im Zentrum der Macht (1974-1978), Frankfurt, 1985.

SCHATZ, K. W. — Wachstum und und Strukturwandel der westdeutschen Wirtschaft im internationalen Verbund. Analysen und Prognosen. Kieler Studien 128, Tübingen, 1974.

SCHMIDT, M. G. — Wohlfahrtsstaatliche Politik unter bürgerlichen und sozialdemokratischen Regierungen. Ein international Vergleich, Frankfurt/New York, 1982.

SCHMIDT, M. G. — The Welfare State and the Economy in Periods of Economic Crisis: A Comparative Study of 23 OECD Nations, em: European Journal of Political Research, vol. 11, S. 1-26, 1983.

SILVA LEAL, A. d. — As políticas sociais no Portugal de hoje, em Análise Social, 3.ª série, vol. XXI, n.os 87-88-89, 1985, 3.º-4.º-5.º, S. 927 ff., 1985.

SOUSA SANTOS, B. d. — Estado e Sociedade na semiperiferia do sistema mundial: o caso português, em: Análise Social, 3.ª série, vol. XXI, n.os 87-88-89, 1985, 3.º-4.º-5.º, S. 869 ff., 1985.

STALLINGS, B. — Portugal and the IMF: the Political Economy of Stabilization, em: Macedo/Serfaty (ed.), 1981.

WELTBANK — Weltentwicklungsbericht, Washington, 1983.

WELTBANK — Weltentwicklungsbericht, Washington, 1984.

WILKENS, H., u. a. — Wirtschaftliche, soziale und politische Bedingungen der Entwicklung. Ein Beitrag zur Erklärung von Entwicklungserfolgen in Ländern der Dritten Welt, Köln, 1985.